

vvogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Política de contratações estabelecida pelo governo Paulo Hartung: para cada efetivo nomeado por meio de concurso, será exonerado um servidor em designação temporária.

A malha fina de Ana Paula

A secretária estadual da Fazenda, Ana Paula Vescovi, é a cara que o governador Paulo Hartung quer conferir a seu 3º mandato. A escolha ficou patente já no dia da posse do secretariado, quando a economista que conduz o ajuste fiscal do Estado foi incumbida de realizar o discurso em nome da equipe, lançando as diretrizes da gestão. Neste momento de crise, o governo acaba de enviar à Assembleia um Orçamento com previsão modesta de investimentos em 2016. Para elevar a receita, o Palácio Anchieta já descartou algumas alternativas como aumento da carga tributária, nova edição do Refis e venda, no mercado financeiro, de ativos da dívida de que o Estado é credor (a chamada securitização).

Nesse contexto, Ana Paula antecipa à coluna as estratégias do governo para incrementar a receita, que podem ser condensadas em um lema repetido pela secretária: “Fisco forte, Estado forte”. Em outras palavras, a equipe econômica comandada por ela aposta no fortalecimento da Receita estadual, subordinada à Secretaria da Fazenda, a fim de fortalecer os mecanismos de arrecadação tributária, reduzindo o índice de inadimplência dos contribuintes capixabas. Segundo ela, não se trata de criar impostos ou elevar a



tributação estadual, mas de ampliar a eficiência, a transparência e a segurança na cobrança e na fiscalização realizadas pela Receita sobre os contribuintes.

Com um conjunto de medidas que começam a ser implantadas, o governo, segundo a secretária, espera aumentar a receita advinda da arrecadação tributária própria em 10% até o fim de 2018, quando Hartung encerra o mandato. Em números absolutos, isso representa ganho potencial de R\$ 1 bilhão em três anos.

De acordo com a secretária, após uma primeira fase do ajuste estrutural, concentrada no controle de gastos – esforço, frisa ela, permanente –, o governo agora dá entrada em um segundo ciclo, incluindo um conjunto de medidas focadas na outra ponta: a do aumento da arrecadação. “A execução dessas medidas é

possível graças ao resgate do Profaz, programa de modernização fazendária em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que estava praticamente se fechando”, diz Ana Paula.

Por meio do programa, o BID oferece aos Fiscos dos governos estaduais uma base de apoio técnico e financeiro para executar ações modernizadoras, incluindo transferência de tecnologias que aumentem a “produtividade da Receita”. Com um empréstimo de US\$ 10 milhões, a equipe da Sefaz hoje é capaz de cruzar bases de dados de cartões de crédito, cartões de débito e declarações de Imposto de Renda, por exemplo. Segundo a secretária, hoje é possível chegar em dois dias o que antes levaria dois anos.

Também para agilizar o ingresso das receitas tributárias devidas ao caixa es-

tadual, o governo criou dez juntas de julgamento em primeira instância na Receita, por meio de lei estadual já aprovada na Assembleia. Cada junta possui três julgadores (auditores fiscais concursados) para acelerar as decisões sobre processos na esfera administrativa – recursos movidos contra o Estado por contribuintes, contestando o pagamento de multas, por exemplo. De acordo com Ana Paula, havia um passivo de mais de 10 mil processos do tipo junto à Receita.

“Em 2014, foram julgados 400 processos. Até o fim do ano, o governo espera ter julgado cerca de 3 mil, e a meta é zerar o estoque em 18 meses”, diz ela, lembrando ainda que todos os processos estão disponíveis em um sistema de consulta criado no site da Sefaz.

Em paralelo, agrega a secretária, o governo tem buscado simplificar e desburocratizar a relação do Estado com o contribuinte. A lógica é a de ajudá-lo a ajudar o Estado, cumprindo suas obrigações em vez de contorná-las, à medida que se sente em condições de pagá-las.

Nesse sentido, a Sefaz lançou o Projeto Cadastro, que permite ao contribuinte preencher um cadastro eletrônico unificado para cumprir suas obrigações tributárias. Além disso, o governo pretende enviar, até o fim do ano, um projeto de revisão ampla da Lei de Multas, com o objetivo de tornar “bem mais justo e equilibrado” o sistema de aplicação de penalidades por parte da Receita, cobrando mais de quem for reincidente.

A conferir, então, os resultados da costura dessa malha fina de Ana Paula.

ENTREVISTA

“VAMOS CORRER ATRÁS DOS RECURSOS QUE DEVERIAM ESTAR NO TESOURO”

Ana Paula Vescovi
Secretária de Estado da Fazenda

▄ A secretária da Fazenda, Ana Paula Vescovi, detalha melhor as estratégias do governo para melhorar a arrecadação. **Como o governo estadual pretende elevar a receita tributária?**

Tivemos uma fase inicial com um esforço muito concentrado em redução e controle de gastos. Depois dessas ações iniciais – que continuam em permanente monitoramento –, começamos a nos organizar do lado da receita. Então, esse é um segundo ciclo de ajustes, já em curso. Ele entra com uma nova camada de medidas que começamos a estruturar. Com o Profaz, em parceria com o BID, vamos melhorar a produtividade da Receita. Isso evita que o Estado aumente impostos.

Como o Profaz melhora essa eficiência?

Agora, nos monitores da Fazenda, podemos enxergar claramente toda a eco-

nomia tributária do Espírito Santo. É uma forma muito mais eficiente de fazer a fiscalização. Com isso, o Estado reduz a inadimplência, a elisão (tentativa de escapar da cobrança) e a sonegação. Isso diminui o hiato de informações entre o contribuinte e o Fisco e aproxima os dois, o que nos permite correr atrás daqueles recursos que deveriam estar no Tesouro, mas não estão por alguma razão.

O que é o Projeto Cadastro?

Hoje, um empresário tem que preencher dois ou três cadastros para cumprir suas obrigações tributárias acessórias. E, se ele não cumpre isso, ainda pode ser punido pelo Estado. Estamos unificando

tudo em um só cadastro eletrônico. Ao fazer a declaração de cumprimento das obrigações fiscais (pagamento de ICMS, por exemplo), ele tem uma entrada única e simplificada, o que dá ao contribuinte mais facilidade e segurança.

E as mudanças na Lei de Multas?

Uma coisa é aquela empresa que cometeu uma falha. Outra coisa é aquela que comete falhas consecutivas para pagar menos impostos. Então, vamos aplicar dois tipos de multa diferentes, para a que cometeu uma falha isolada e para a que tem reincidência de longo tempo. Queremos que haja gradualidade da aplicação das multas em função da reincidência.

Mais royalties

A secretária Ana Paula Vescovi projeta ainda a injeção de cerca de R\$ 100 milhões a mais nos cofres estaduais em 2016, graças a uma mudança regulatória promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no cálculo do preço de referência do óleo (base para calcular os royalties), em atendimento a um pleito do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Sem riscos

A respeito de uma discussão levantada ao longo da semana pela coluna, o governo Paulo Hartung garante: não há

o menor risco de deixar de pagar em dia os salários dos servidores em 2016.

Sem impostos

Mantendo o compromisso de não elevar tributos estaduais, o governo cita que 14 outros Estados já aumentaram este ano as alíquotas sobre gasolina, IPVA, TV a cabo etc. E há casos como o do DF, por exemplo, onde o governo está tirando dinheiro do Fundo de Aposentadoria dos Servidores para poder honrar a folha.

Sem securitização

O governo PH também exclui qualquer chance de vender sua dívida ativa no

mercado (securitização). Pelas contas do Palácio, trata-se de operação onerosa e, do total que o Estado teria a receber do conjunto de devedores, o que realmente é aproveitado varia de 5% a 10% da dívida. “Para antecipar uma pequena receita, você abre mão da maior parte da dívida e deixa em apuros o governante seguinte”, diz fonte ligada ao Palácio.

Fora de questão

Ana Paula Vescovi entende que alguns Estados tenham feito a securitização em situações de emergência, mas confirma que a ideia está fora de questão por aqui.

Crescimento da folha

Pelos cálculos do Palácio, o gasto do governo com pessoal passou de R\$ 260 milhões por mês, em 2010, para R\$ 430 milhões agora. O governo calcula um crescimento vegetativo (aquele que se dá de forma automática) de 2% ao ano, em função dos planos de cargos e salários.

Gasto maior

Como a coluna mostrou na última sexta, a projeção de gasto do governo com pessoal este ano estava subestimada no Orçamento 2015: no lugar dos cerca de R\$ 7,28 bilhões previstos, o Executivo deve gastar R\$ 7,48 bilhões.